

A . I. N° - 844.094-8/02
AUTUADO - GILDETE MIRANDA RIOS LEAL & CIA. LTDA.
AUTUANTE - PETRONIO SILVA SOUZA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNETE - 08.08.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0252-01/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. MERCADORIA DESACOMPANHADA DE NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Corrigido a base de cálculo de acordo com o preço comercial vigente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto em lide, lavrado em 08/04/02, para exigir imposto no valor de R\$ 1.906,49 referente a falta de pagamento do imposto de mercadorias (Antenas Parabólicas) em circulação desacompanhada de documento fiscal.

O Autuado na defesa apresentada à fl.09 contesta a base de cálculo arbitrada pelo autuante, uma vez que o mesmo atribuiu valor às mercadorias, objeto da autuação, muito acima dos praticados no mercado, anexando ao processo cópia de pedido de 01/04/02 em que consta valor unitário de R\$ 180,00 ao Sistema Century com controle remoto e R\$ 145,00 ao mesmo sistema com controle manual, totalizando R\$ 6.495,00. Com base neste valor, calculou o imposto de R\$ 1.104,15 e recolheu-o acrescido de multa de igual valor (100%), conforme cópia do DAE acostada à fl. 16.

O Autuante na informação fiscal à fl. 19, explica que o valor arbitrado de R\$ 11.214,68 constante da nota fiscal avulsa nº 339583, anexada à fl. 04, é inferior ao previsto no art. 408-O do RICMS/97 aprovado pelo Dec. 6284/97 que estabelece regra para apurar o valor de mercadorias encontradas em poder de Microempresa, EPP ou Ambulante, previsto no item I, o preço da pauta fiscal no atacado, se houver, ou o preço corrente das mercadorias ou de sua similar no mercado atacadista do local da ocorrência, acrescido do percentual da Margem de Valor Adicionado prevista na alíneas “a” a “g” do inciso o do art. 938, ou o inciso II, o preço da Pauta Fiscal no varejo, se houver, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência.

Argumenta que levantou junto ao talão de nota fiscal do Autuado, as notas fiscais nºs 03 e 06, anexas ao processo nas fls. 20 e 21, faturado para estabelecimento varejista não inscrito, com valores de R\$ 280,00 para as Antenas com controle remoto e R\$ 240,00 para as Antenas com controle manual, tendo apurando base de cálculo de R\$ 14.448,00 e ICMS devido de R\$ 2.456,16 resultando em imposto de R\$ 2.456,16 valor este, menor que o exigido no Auto de Infração de R\$ 1.906,49.

A Secretaria do CONSEF encaminhou o processo para a Inspeção Fazendária em 14/05/02 para que o Autuado fosse notificado da Informação Fiscal, uma vez que o Autuante agravou a base de cálculo

e o valor do imposto exigido, tendo a empresa sido cientificada em 04/06/02 e não tendo se manifestado, o processo retornou ao CONSEF.

VOTO

Após análise da acusação, dos argumentos defensivos e da informação fiscal, e das provas constitutivas do processo, verifico que:

O Auto de Infração trata de exigência do imposto de mercadorias apreendidas, antenas parabólicas com e sem controle remoto, em circulação desacompanhada do documento fiscal. A autuada não questionou o mérito e sim a base de cálculo apurada pelo autuante que alega ser superior aos preços praticados no mercado local.

Verifico que o valor do pedido apresentado à fl. 14 pelo autuado, do fabricante Comercial Century situada em São Paulo, acusa valor de R\$ 180,00 para as antenas com controle remoto e R\$ 145,00 para o modelo sem controle remoto. O Autuante por sua vez grafou no Auto de Infração valor de R\$ 320,00 e R\$ 235,00 respectivamente para os dois modelos e na informação fiscal com base nas notas fiscais de vendas do Autuado registrou valores de R\$ 280,00 e R\$ 240,00 ao qual acresceu a título de MVA o percentual de 40% previsto na alínea “c” do art. 838 do RICMS/97.

Entendo que em se tratando de operações praticadas por estabelecimento inscrito como Microempresa, na praça de Jacobina, não se aplica a pauta fiscal, tampouco acredito eu, que naquela praça exista atacadista revendedor de antenas parabólicas, logo para arbitrar a base de cálculo das mercadorias, poderia tomar-se como base o valor do pedido ao fabricante e acrescentar o MVA conforme disposto no inciso I do art. 408-O do RICMS/97, ou o preço de venda a varejo no local da ocorrência. Como os elementos que se apresenta no processo, o pedido proporciona menos certeza do valor da operação em detrimento do preço de venda registrado na nota fiscal, tomo como base para arbitrar o valor da operação os constantes das notas fiscais sem acréscimo do MVA de acordo com o inciso II do citado art. 408-O, conforme abaixo demonstrado:

NF	Valor da NF	Quant.	Base de Cálculo.	Aliq.	ICMS Devido
03/06	282,50	24	6.780,00		
03/06	240,00	15	3.600,00		
			10.380,00	17%	1.764,60

Entendo que seria justificável o acréscimo do MVA, se o preço levantado fosse o praticado por um outro atacadista, em operação de venda ao Autuado, o qual supostamente revenderia a mercadoria agregando uma margem de lucro.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **844094-8/02**, lavrado contra **GILDETE MIRANDA RIOS LEAL & CIA. LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.746,60** atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100 %, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a”, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de julho de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA-PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR